



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL CNMP-CSP Nº 1/2018

Edital de chamada de artigos para a publicação *A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro – 2018*, da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, considerando o disposto no artigo 130-A, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil; nos artigos 30 e 31, inciso IV, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público; e nos artigos 1º e 2º, § 1º, da Resolução CNMP nº 56, de 22 de junho de 2010, convoca os interessados para a publicação de artigos acadêmicos de cunho jurídico e social na revista *A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro – 2018*, editada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, nos seguintes termos:

1. A revista *A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro* é publicação editada pelo CNMP bianualmente e tem como objetivos: (i) divulgar os dados relativos ao sistema carcerário colhidos por Promotores de Justiça e Procuradores da República por ocasião das regulares inspeções aos estabelecimentos penais; (ii) conclamar o Ministério Público brasileiro e todas as demais instituições que compõem o Sistema de Justiça nacional a otimizar o manejo dos mecanismos legais, judiciais e administrativos disponíveis, para a superação da difícil realidade prisional no País; e (iii) fomentar a reflexão crítica e a proposição de ações e práticas dirigidas ao aprimoramento do sistema penal brasileiro.

2. Poderão submeter artigos à seleção em tela membros e servidores do Ministério Público e do Conselho Nacional do Ministério Público ou em coautoria entre estes.

3. Os trabalhos apresentados para avaliação deverão abordar pelo menos uma das seguintes linhas de pesquisa:

3.1 As questões de gênero e/ou raça e o cárcere;

3.2 A implementação de normas internacionais relacionadas ao sistema prisional;

3.3 O encarceramento em massa;

3.4 Perspectivas legislativas em tema de execução penal;

3.5 Dimensões e consequências do estado inconstitucional de coisas reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 347 (MC);

3.6 Desigualdades e assimetrias regionais no enfrentamento da questão carcerária; e

3.7 Estudos e análises baseadas nos dados do sistema prisional colhidos nos termos da Resolução CNMP nº 56/2010;

4. Os artigos deverão atender aos requisitos estabelecidos nas normas da ABNT NBR 6022, 6023, 6024 e 10520, com suas respectivas atualizações.

5. O conteúdo dos artigos deverá ser original e o seu texto poderá ter, no máximo, 25 (vinte e cinco) e, no mínimo, 15 (quinze) páginas, devendo conter:

5.1 Título em português;

5.2 Nome do autor e sua qualificação profissional;

5.3 Sumário;

5.4 Resumo;

5.5 Palavras-chave;

5.6 Introdução;

5.7 Desenvolvimento (se o caso, dividido em tópicos ou itens);

5.8 Conclusões;

5.9 Título em inglês;

5.10 Abstract;

5.11 Keywords; e

5.12 Referências bibliográficas.

6. Os artigos deverão ser encaminhados à Comissão do Sistema Prisional, Controle da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP a partir do dia **25 de junho de 2018** até o dia **31 de julho de 2018** para o endereço eletrônico **csp@cnmp.mp.br** em formato DOC, DOCX, RTF ou ODT aos cuidados da servidora Thays Rabelo da Costa, juntamente com o formulário de envio, constante do Anexo deste Edital, no qual constarão os dados completos do autor, seu endereço físico e eletrônico, a unidade ministerial a que pertence, o cargo que ocupa e a linha de pesquisa adotada no artigo. O arquivo com o artigo não deverá trazer qualquer identificação ou meio pelo qual se possa identificar o autor do trabalho, nos termos a serem minudenciados no formulário de envio.

7. O formulário de envio, preenchido e firmado pelo autor, autoriza a cessão dos direitos do artigo apresentado em favor da publicação do CNMP, bem assim afirma o ineditismo do trabalho.

8. Ao submeterem os artigos, os autores declaram ser titulares dos direitos autorais, respondendo exclusivamente por quaisquer reclamações relacionadas a tais direitos, bem como autorizam o CNMP, sem ônus, a publicar os referidos textos em qualquer meio, inclusive eletrônico, sem limitações quanto ao prazo, ao território, ou qualquer outra. O CNMP fica autorizado também a adequar os textos a seus formatos de publicação e a modificá-los para garantir o respeito à norma culta da língua portuguesa.

9. Os artigos recebidos pela CSP serão submetidos aos Conselheiros que a compõem, que avaliarão se os trabalhos:

9.1 preenchem as normas técnicas para publicação;

9.2 mantém pertinência temática com as linhas de pesquisa indicadas no item 3 deste edital;

9.3 possuem elevada qualidade técnica;

9.4 possuem relevância prática e teórica.

10. A avaliação dos artigos será feita aos pares, por meio da aplicação do método *Double Blind Review*.

11. Na hipótese dos dois pareceres serem discordantes sobre a publicação do trabalho, o artigo será encaminhado a um terceiro parecerista.

12. Na avaliação do parecerista, os trabalhos poderão ser rejeitados, aprovados ou aprovados com ressalvas (com sugestões para correções necessárias). Nesta última hipótese, o autor será notificado acerca das correções sugeridas, podendo, no prazo assinalado pela Comissão, corrigi-las ou manter justificadamente seu formato original.

13. Em qualquer situação, a decisão final acerca da publicação do trabalho é dos membros da CSP.

Brasília-DF, 18 de junho de 2018.

DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

POLÍTICA EDITORIAL DA REVISTA *A VISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO SOBRE O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO*

1. Linha editorial

1.1 A revista *A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro* constitui publicação editada pelo CNMP bianualmente e tem como objetivos: divulgar os dados relativos ao sistema carcerário colhidos por Promotores de Justiça e Procuradores da República por ocasião das regulares inspeções aos estabelecimentos penais; conclamar o Ministério Público brasileiro e todas as demais instituições que compõem o Sistema de Justiça nacional a otimizar o manejo dos mecanismos legais, judiciais e administrativos disponíveis, para a superação da difícil realidade prisional no País; e (iii) fomentar a reflexão crítica e a proposição de ações e práticas dirigidas ao aprimoramento do sistema penal brasileiro..

2. Regras para submissão

2.1 Os artigos devem ser gravados nos formatos DOC, DOCX, RTF ou ODT e remetidos por correio eletrônico para o endereço csp@cnmp.mp.br. Os trabalhos submetidos devem ser inéditos, não tendo sido objeto de publicação anterior, de divulgação por qualquer meio e nem mesmo estar pendentes de avaliação por outro periódico.

2.2 O autor do artigo deve preencher formulário no qual constarão os seus dados completos, seu endereço físico e eletrônico, a unidade ministerial a que pertence, o cargo que ocupa, sua titulação acadêmica e a linha de pesquisa adotada no artigo. O formulário deve ser anexado à mensagem dirigida à CSP.

2.3 O autor do trabalho deve anexar o artigo à mensagem endereçada à CSP, arquivo esse que não deve trazer qualquer identificação.

2.4 Os trabalhos devem ter entre 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) páginas. Os parágrafos devem ser justificados. Não devem ser usados recuos, deslocamentos, nem espaçamentos antes ou depois.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.5 O texto deve empregar fonte *Times New Roman*, corpo 12. Os parágrafos devem ter entrelinha 1,5; as margens superior e inferior 2,0 cm e as laterais 3,0 cm. O formato do papel deve ser A4.

2.6 Os artigos deverão conter itens específicos para introdução, conclusão e referências bibliográficas.

2.7 Deverá ser indicado e-mail para contato junto à qualificação do autor.

2.8 O resumo deverá ter até 200 (duzentas) palavras, apresentando seus objetivos, problema(s), justificativa, metodologia e hipótese(s).

2.9 A numeração do sumário deverá sempre ser feita em arábico. É vedada a numeração dos itens em algarismos romanos. No Sumário deverão constar os itens com até três dígitos. Exemplo: Sumário: 1. Introdução. 2. Responsabilidade civil ambiental: legislação: 2.1 Normas clássicas; 2.2 Inovações: 2.2.1 Dano ecológico; 2.2.2 Responsabilidade civil objetiva. Considerações finais. Referências bibliográficas.

2.10 As referências bibliográficas deverão ser feitas de acordo com a NBR 6023/2002 (Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT).

2.11 As referências deverão ser feitas em notas de rodapé ao final de cada página.

2.12 A bibliografia consultada deverá ser referenciada ao final do trabalho, devendo conter somente os textos citados no artigo. Seguem orientações sobre o formato

• **Livro:** SOBRENOME DO AUTOR DA OBRA, Prenomes. *Título da obra: subtítulo.*
Local de Publicação: Editora, ano de publicação. Exemplo:

SILVA, Maria. *Sistema prisional e gênero*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

• **Capítulo de livro:** SOBRENOME DO AUTOR(A) DO CAPÍTULO, Prenomes.
“Título do capítulo: subtítulo”. In: SOBRENOME DA/O AUTORA/OR DA OBRA, Prenomes.
Título da obra: subtítulo. Local de Publicação: Editora, ano de publicação. Páginas inicial e final do capítulo.

BORGES, Antônio César. “Cárcere e saúde”. In: SOUZA, Ana; MATTOS, César (Orgs.). *Sistema prisional brasileiro*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 43-55.

• **Artigo de periódico:** SOBRENOME DO/A AUTOR/A DO ARTIGO, Prenomes. “Título do artigo: subtítulo”. Título do Periódico, cidade, número do volume, número do fascículo, páginas inicial e final do artigo, mês e ano. Exemplo:

ALVES, Paulo. “Uma visão sobre o sistema prisional brasileiro”. Revista de Estudos Criminológicos, Brasília, v. 13, n. 159, p. 237-242, maio/ago. 2014.

• **Dissertações e Teses:** SOBRENOME DO/A AUTOR/A, Prenomes. Título da obra: subtítulo. Ano de apresentação. Categoria (Grau e Área de Concentração) – Instituição, cidade, estado, país. Exemplo:

CARRASCO, Tristan. Luz no cárcere. 2001. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

• **Trabalhos apresentados em eventos científicos:** SOBRENOME DO/A AUTOR/A DO TRABALHO, Prenomes. “Título do trabalho”. In: NOME DO EVENTO, Número da edição do evento, Cidade onde se realizou o evento, instituição patrocinadora do evento. Anais (ou Proceedings ou Resumos). Local de publicação: Editora, Ano de publicação. Páginas inicial e final do trabalho. Exemplo:

MUNIZ, Carla. “Os desafios do sistema carcerário” In: SEMINÁRIO DE EXECUÇÃO PENAL, 1., 2017, Rio de Janeiro, ALERJ. Anais... Rio de Janeiro: ALERJ/Comissão Especial dos Direitos Humanos, 2017. p. 26-29.

• **Publicação em meios eletrônicos.** Exemplo:

FREITAS, Anastácio; LUZ, Rogéria. “O fenômeno da prisionização*”. Cad. Pagu [online]. Campinas, 2017, n.49, e174908. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

83332017000100304&lng=pt&nrm=iso>. Epub 13/03/2017. ISSN 1809-4449. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700490008>. Acesso el 09/10/2017.

2.13 Qualquer destaque que se queira dar ao texto deve ser feito com o uso de itálico. Citações diretas de outros autores devem ser feitas entre aspas, sem o uso de itálico ou recuos, a não ser que o próprio original tenha destaque, o que deverá ser informado ("destaque do original").

2.14 As referências legislativas ou jurisprudenciais devem conter todos os dados necessários para sua adequada identificação e localização. Em citações de sites de internet deve-se indicar o link e a data de acesso.

3. Processo de avaliação

3.1 Recebido o artigo, a Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública realizará avaliação preliminar restrita aos aspectos formais abaixo elencados e que condicionará seu envio para o *Double Blind Review*. São requisitos formais para a avaliação preliminar:

3.1.1 O trabalho obedece às normas de publicação da RBCCRIM?

3.1.2 O trabalho é compatível com a linha editorial do periódico?

3.1.3 O trabalho apresenta linguagem adequada e científica, sem erros excessivos?

3.1.4 O trabalho é inédito?

3.2 Em caso de rejeição preliminar, o autor será notificado, podendo solicitar o parecer emitido com os motivos da recusa. Em tal situação, o artigo poderá ser submetido novamente à avaliação para volume posterior, se mantido o ineditismo e corrigidas as deficiências indicadas.

3.3 Após o controle preliminar pela CSP, o trabalho terá suprimidos todos os elementos que possibilitem a identificação de seu autor e será remetido à análise de dois pareceristas anônimos, membros da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, para avaliação qualitativa de sua forma e conteúdo, seguindo o sistema de *Double Blind Review* e atendendo aos seguintes critérios:

3.3.1 Preenchimento das normas técnicas para publicação;

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

3.3.2 Pertinência temática com as linhas de pesquisa indicadas no Edital;

3.3.3 Elevada qualidade técnica; e

3.3.4 Relevância prática e teórica.

3.4 Na hipótese dos dois pareceres serem discordantes sobre a publicação do trabalho, o artigo será encaminhado a um terceiro parecerista.

3.5 Na avaliação do parecerista, os trabalhos poderão ser rejeitados, aprovados ou aprovados com ressalvas (com sugestões para correções necessárias). Nesta última hipótese, o autor será notificado acerca das correções sugeridas, podendo, no prazo assinalado pela Comissão, corrigi-las ou manter justificadamente seu formato original.

3.6 Em qualquer situação, a decisão final acerca da publicação do trabalho é dos membros da CSP.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL CNMP-CSP Nº 2/2018

Edital
de
prorrogação
da
chamada
de
artigos
para
a
publicação
*A
visão
do
Ministério
Público
sobre
o
sistema
prisional
brasileiro*
—
2018,
da
Comissão
do
Sistema
Prisional,
Controle
Externo
da
Atividade
Policial
e
Segurança
Pública
do
Conselho
Nacional
do
Ministério
Público.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, considerando o disposto no artigo 130-A, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil; nos artigos 30 e 31, inciso IV, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público; e nos artigos 1º e 2º, § 1º, da Resolução CNMP nº 56, de 22 de junho de 2010, torna pública a prorrogação da chamada de artigos para a publicação *A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional*

brasileiro – 2018, nos termos da item 6 do Edital CNMP-CSP nº 1/2018, publicado no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Administrativo, edição de 18 de junho de 2018, com data de submissão dos artigos até **17 de agosto de 2018**.

Brasília-DF, 26 de julho de 2018.

DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO



Documento assinado eletronicamente por **Dermeval Farias Gomes Filho**,
Presidente da Comissão de Sistema Prisional do CNMP, em 27/07/2018, às
19:02, conforme Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.cnmf.mp.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.cnmf.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.cnmf.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código
verificador **0116286** e o código CRC **206B2E36**.
